

Problemas do orçamento

Ruy Lopes

Os grupos que, dentro do Congresso, estão examinando a proposta orçamentária enviada pelo Executivo já encontraram muitos pontos curtos que necessitam de melhor explicação.

Imaginem que, por exemplo, as receitas da União parecem não contemplar um singular centavo oriundo da distribuição de dividendos das empresas estatais rentáveis, como o Banco do Brasil, a Petrobrás e tantas outras. Procurando por esse dinheiro, um senador foi informado de que ele simplesmente não existe: todos os anos, a União deixa seus dividendos no caixa das empresas, por conta de sua participação nos futuros aumentos de capital.

Como todas as empresas estatais se dividem em apenas dois grupos — as rentáveis e as que dão prejuízo — temos que o Tesouro não recebe os lucros e sempre banca os prejuízos. Ou seja, o povo paga a conta todos os anos, porque o saldo obtido em um setor não é transferido para cobrir o rombo do outro.

Muito estranha, também, é a dotação relativa ao crédito agrícola. O orçamento prevê a despesa de aproximadamente 6 bilhões de dólares com a concessão de financiamento a produtores rurais, mas não tem a contrapartida do recebimento desse dinheiro. Da maneira que as coisas estão colocadas, parece que nenhum lavrador vai pagar os empréstimos. Se os recursos não serão repassados a fundo perdido, o cálculo do déficit público muda substancialmente de figura, pois esses 6 bilhões de dólares correspondem a algo em torno de 2% do Produto Interno Bruto.

Não figura no orçamento, também, a emissão de papel-moeda, e todos sabemos que o Governo vem emitindo a rodo. Ao sair das impressoras, o dinheiro tem um valor de compra de bens e, naturalmente, esse valor é empregado para alguma coisa. São alguns bilhões de dólares por ano, e a proposta de orçamento não faz a mínima referência ao destino desses recursos.

Outra pequena lacuna, envolvendo mais uns 7,5 bilhões de dólares, diz respeito ao aumento da arrecadação que deverá ser propiciado pelas alterações introduzidas na legislação fiscal pelo Decreto-lei n° 2.462. O cálculo de 7,5 bilhões de dólares é do ministro João Batista de Abreu, em declarações que fez, defendendo a medida. É verdade que, neste caso, a omissão está plenamente justificada, pois o decreto-lei foi baixado depois de pronta a proposta orçamentária. De qualquer maneira, a situação terá de ser corrigida mediante emenda.

Temos, por fim, alguns problemas ligados ao equilíbrio setorial e regional do orçamento. Há ministérios que foram atingidos muito mais duramente que outros, na aplicação dos cortes, e a mesma observação pode ser feita em relação às diferentes regiões do País. O exemplo mais dramático está no próprio Palácio, no gabinete de Sarney: só o gabinete do Presidente tem uma dotação orçamentária maior do que os poderes Legislativo e Judiciário somados. Ninguém aprendeu nada com a lição do ex-ministro Aníbal Teixeira, nem com a Comissão que investigou as denúncias de corrupção.